

OPINIÃO

Simplex e complicadex

A burocracia defende-se e autoalimenta-se. Sempre foi assim e lá-de continuar a ser.

Segurança sobre segurança, protecção sobre protecção, tudo se vai envolvendo numa carapaça de papeis, procedimentos e controlos que tornam a nossa vida permanentemente regulamentada e, muito perigosamente vigiada e controlada.

Até a livre Internet já está cheia de controlos, de verificação dos controlos e de tantas obrigatórias demonstrações de mãos limpas, que começa a ser difícil e penoso demonstrar que somos sérios.

Por isso é essencial que as administrações tenham sempre uma atenção especial sobre os circuitos burocráticos que vão criando, fazendo constantemente o "housekeeping" do sistema de forma a que não se encha de procedimentos pesados e inúteis e, mesmo, como tantas vezes verifiquei, de procedimentos que deixaram já de ser usados, mas que perduram no universo burocrático sem que ninguém tome a iniciativa de acabar com eles. Tal como qualquer ser biológico que luta pela sua sobrevivência e perenidade, também a burocracia constantemente descobre maneiras de se perpetuar e de se tornar mais indispensável pela progressiva complicação dos processos.

Talvez até signifique um certo amor ao seu trabalho o que será de louvar, mas quanto desperdício, irritação e atraso isso provoca ao País!

O que não é, seguramente, de louvar e é preocupante é que sejam os governos os maiores criadores de burocracia inútil ou simplesmente securitária, sem que percebam que estão a enredar a vida de cada um de nós e a vida do país no seu conjunto, numa tela paralisante de nefastos procedimentos burocráticos, contra os quais deveriam ser eles, os governantes, os mais atentos e diligentes actores da sua simplificação e limpeza.

Aliás foi o Simplex a bandeira da desburocratização deste governo, com o aplauso, embora salutarmente desconfiado, do cidadão experiente.

Mas, enfim, alguma coisa foi feita na necessária limpeza e arrumo da casa administrativa e alguns circuitos inúteis ou escandalosamente lentos e complicados foram "limpos".

No entanto, ao mesmo tempo que anunciava as boas novas de uma ou outra limpeza, o Governo continuou e continua a, alegremente, produzir burocracia, dentro da melhor tradição portuguesa de os governos rodearem cada lei, cada portaria, cada despacho, de mecanismos de controlo, de formas de acesso, de regulamentos posteriores, que os tornam os grandes e maiores criadores daquilo que inutiliza e corroe uma qualquer boa administração: a deriva burocrática.

Agora mesmo o Governo acaba de nos dar um magnífico exemplo disto ao publicar o Dec-Lei 181/2007 que impõe, a partir do passado dia 1 de Junho, se já estiver publicada a portaria regulamentar conjunta dos responsáveis no Governo pelas áreas da Saúde e da Administração Pública, uma estranha regulamentação da justificação de faltas por doença.

Partindo do princípio que essa portaria está publicada, o que será de louvar porque, habitualmente, estes diplomas conjuntos, por atrasos de feitura, bloqueiam meses ou anos o cumprimento das leis que lhes deram origem), temos que as centenas de milhares de



PAULO MENDRÓ

funcionários públicos vão ter que, apesar de obrigatoriamente pertencerem a um subsistema de saúde, a ADSE, apresentarem dentro de cinco dias após a primeira falta ao trabalho, um comprovativo de doença passado pelos serviços médicos directos ou associados do SNS, ao qual... nem pertencem!

Até agora, um simples atestado médico, de um qualquer clínico bem identificado, era suficiente.

Mas, como no privado esse atestado apenas justifica a falta, mas não permite o pagamento do subsídio que obriga a mais papelada, o Governo resolveu uniformizar, (acção que os governos gostam imenso de fazer), os procedimentos nos dois sectores.

É evidentemente, como fica bem a quem luta pela simplificação administrativa, pelo Simplex, o Governo uniformiza pelo procedimento mais pesado, desadaptado e fomentador inevitável de mais perturbações nos serviços.

Havia o atestado médico, prática burocratizada e irresponsável, mas pelo menos simples, que é substituído por um processo complicado, que vai justificar, com certeza, a entrada de mais um largo número de funcionários, que faz dos médicos agentes administrativos obrigados a comprovar o que não podem em consciência comprovar e que vai naturalmente entupir mais ainda os já sobrecarregados de burocracia Centros de Saúde e serviços de urgência.

Em vez de Simplex o Complicadex.

Embora eu veja assinatura do Ministro da Saúde por baixo do decreto-lei, espero que o tenha feito sob protesto.

Bem sei, por experiência própria, como é difícil mudar a prática administrativa de muitos anos, que se sente apoiada pelos pareceres médicos que repita incontestáveis e que sempre agiu, partindo do princípio que o cidadão é um perigoso mentiroso.

Neste contexto o atestado médico é um tapa responsabilidades essencial que cumpre burocraticamente o princípio da verdade confirmada, mesmo que toda a gente saiba que nada confirma nem nada garante.

Como já afirmei e muitos outros também o têm feito, a obrigação estrita do médico, o princípio em que tudo assenta é a aceitação indiscutível das queixas do seu doente pelo que é inadmissível não acreditar nas dores de cabeça do doente que o procura, mesmo quando este lhe vem pedir a justificação da sua ausência ao trabalho.

Mas mais grave é o facto de os governantes se recusarem a reconhecer isso e manterem este simulacro de rigor e de justiça que é actualmente um dos maiores expoentes da doença burocrática do país.

Sempre defendi que nos primeiros três dias de falta ao trabalho fosse suficiente a declaração sob compromisso de honra do interessado, porque firando algumas situações urgentes a maior parte dos transtornos de saúde passam em menos de três dias com uma simples automedicação e sem necessidade de médico.

Só depois disso e por causas médicas e não burocráticas deve ser exigido o parecer médico.

Espero que esta tenha sido a posição expressa pelo Ministro da Saúde que, obviamente, foi ignorado. Assim vai o complicadex!

*Médico

Ex-ministro da Saúde